

A economia política no RS frente à indústria da carne na pandemia

The political economy in RS facing the meat industry in the pandemic

Guilherme Silva de Farias⁶

Camila Guaranha⁷

Priscila Pavan Detoni⁸

RESUMO

A pandemia de covid-19 despertou debates sobre as condições estruturais que possibilitam a incidência de futuras epidemias, suas cadeias de e também as estratégias de enfrentamento. A dinâmica estrutural do modo de produção capitalista precisa ser entendida como propícia para a ocorrência de

pandemias, as quais não podem ser analisadas somente na esfera biológica, pois agentes patógenos também se desenvolvem por meio do comércio de produtos e circulação de pessoas e produtos. Busca-se, abordar a economia política das epidemias e a relação das escolhas governamentais com a configuração da crise sanitária na pandemia da covid-19 no Estado do Rio Grande do Sul (RS), território que conforma um complexo agroindustrial importante economicamente, em especial na produção e abate de animais, fator central para a conformação do cenário pré-epidêmico, o qual poderá deslocar o epicentro das futuras epidemias. As lógicas do lucro capitalista e o trabalho precário nos frigoríficos negligenciaram fatores de biossegurança, agravados pelos negacionismos e os protocolos continuamente flexibilizados que fizeram parte da tomada das decisões no planejamento em saúde e não permitiram o distanciamento físico de trabalhadores/as da agroindústria.

⁶ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialista em Vigilância em Saúde e em Gestão em Saúde pela Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS).

⁷ Psicóloga, Mestra e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e na Universidad Complutense de Madrid. Professora na Faculdade Mário Quintana (FAMAQUI) e Especialista em Saúde na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul.

⁸ Psicóloga, Mestra e Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Pós-Doutoranda em Antropologia Social (UFRGS); Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Passo Fundo/RS na Saúde Coletiva na graduação em Medicina e no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família. Pesquisadora na Rede Covid Humanidades: <https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php>

Palavras-chave: Produção e abate de animais; Epidemias; Planejamento em Saúde, covid-19, economia política.

ABSTRACT:

The Covid-19 pandemic has sparked debates about the structural conditions that allow the incidence of future epidemics, their chains and also coping strategies. The structural dynamics of the capitalist mode of production needs to be understood as conducive to the occurrence of pandemics, which cannot be analyzed only in the biological sphere, as pathogens also develop through the trade of products and the circulation of people and products. It seeks to address the political economy of epidemics and the relationship between governmental choices and the configuration of the health crisis in the covid-19 pandemic in the State of Rio Grande do Sul (RS), a territory that forms an economically important agro-industrial complex, especially in production. and animal slaughter, a central factor in shaping the pre-epidemic scenario, which could shift the epicenter of future epidemics. The logic of capitalist profit and precarious work in slaughterhouses neglected biosafety factors, aggravated by denialism and the continuously flexible protocols that were part of decision-making in health planning and they did not allow the physical distancing of agribusiness workers.

Keywords: Animal production and slaughter; Epidemics; Health planning, covid-19, political economy.

48| **Revista Ambientes em Movimento**

Introdução

A pandemia de Coronavírus é um evento histórico, situado no tempo e no espaço, e vem se apresentando como um evento múltiplo e desigual, onde os surtos tiveram intensidades, qualidades e formas de agravo e prevalência muito particulares (SEGATA *et al*, 2021). As dinâmicas heterogêneas da pandemia de covid-19 resultaram da somatória entre fatores locais e externalidades, tais como as decisões político-administrativas que incidem sobre os territórios.

Os negacionismos e as escassas medidas de flexibilidade do distanciamento social implementadas nos países antes da vacinação afetaram ainda mais o enfrentamento da pandemia nos territórios, que se alastrava à medida que cadeias de contágio, apesar de identificadas, não recebiam a atenção necessária, como a situação da precarização dos trabalhadores e das trabalhadoras da indústria da carne nos frigoríficos do sul do Brasil.

Em 2020, o Governo Federal negou os impactos da pandemia na população e foi ausente em seu enfrentamento, de modo que foi conferida autonomia aos estados para que pudessem adotar as devidas medidas protetivas, o que conferiu espaço para a iniciativa privada se instalar na gestão (SODRÉ, 2020). Por isso, é possível perceber diferenças no enfrentamento e direcionamento tomado pelos Estados.

Tais negligências foram alicerçadas em argumentos que colocam na pandemia a justificativa da crise econômica, tanto em nível mundial como no Brasil e por essa razão alguns setores, entenda-se trabalhadores e trabalhadoras tiveram que fazer o “sacrifício” de continuar em atividade devido a sua (suposta) essencialidade (ANTUNES, 2020). Contudo, cabe questionar se de fato a pandemia provocou uma desordem econômica ou, pelo contrário, se a dinâmica estrutural do modo de produção capitalista foi o que criou as condições à produção e circulação do vírus, causando a pandemia (SOUZA, 2020).

Há, então, a necessidade de um debate sobre as condições econômicas, materiais e históricas que produziram a pandemia de Coronavírus, suscitando uma análise que não se restrinja ao paradigma das respostas aos acontecimentos, para que trabalhadores e trabalhadoras compreendam as produções inerentes ao sistema capitalista e a facilidade com que suas vidas, nossas vidas, são transformadas em números desumanizados, uma aritmética hostil, onde muitas vidas valem menos do que o lucro da indústria da carne, por exemplo. Para isso, buscamos apresentar elementos para debater a conformação do que Rob Wallace denomina como *Economia Política das Epidemias* (WALLACE, 2020). Teremos como locus analítico o Estado do Rio Grande do Sul (RS), espaço territorial que abarca um importante complexo agroindustrial, fator central à

conformação do cenário pré-pandêmico, aspecto imprescindível à análise aqui empreendida.

A partir desta discussão, objetiva-se chamar atenção para o fato de que no espaço territorial do RS se encontram os mesmos elementos estruturais que produziram epidemias ao longo da história. Assim, analisa-se a relação das escolhas políticas governamentais no RS com a configuração da crise sanitária. Por fim, busca-se alertar a possibilidade real da emergência de novas epidemias no território gaúcho e brasileiro, para com isso instigar a necessidade de planejamento intersetorial no campo da saúde, principalmente no que tange os sistemas de vigilância em saúde, responsáveis pelas ações e serviços de saúde, mas não somente, a compreensão que este tema é um assunto de governo, não de uma pasta setorial específica.

Esta discussão, justifica-se pela relevância do tema e devido à importância da produção científica sobre os múltiplos cenários produtores e produzidos pela pandemia de covid-19. Essa pesquisa teve caráter exploratório, pois privilegiou a dimensão do conhecimento da realidade social, dos fatos e fenômenos (GIL, 2002). Foram selecionados artigos acadêmicos, documentos técnicos de áreas afins ao tema, boletins de organizações ligadas ao setor da indústria da carne no RS, notícias de jornais e outros veículos de comunicação.

A partir destes materiais, busca-se analisar através da economia política as

escolhas governamentais com a configuração da crise sanitária na pandemia da covid-19 no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Esse Estado é um território que abriga um complexo agroindustrial importante economicamente, em especial na produção e abate de animais, fator central para a conformação do cenário pré-epidêmico. Esse contexto pode permitir a eclosão de futuras epidemias, conforme descrito pela OMS nos anos de 2020 e 2021. Destacamos, como aspectos relevantes do trabalho, que a pesquisa social deve ter fundamento nas aproximações sucessivas de reconstrução, no pensamento do fenômeno analisado, a partir de seu próprio movimento, em vista da transformação social.

Economia Política das Epidemias

Os coronavírus são uma família de vírus comuns que infectam animais e seres humanos, porém, raras vezes uma mesma cepa pode infectar ambos. A produção de animais de maneira intensiva, principalmente aves e suínos, faz com que vivamos junto com o inimigo: as cadeias produtivas da criação e abate de animais são uma bomba relógio, uma vez que a qualquer momento um novo patógeno pode se desenvolver a partir de número gigantesco de animais biologicamente padronizados, de forma que em dado momento este patógeno pode estar tão adaptado que pode ser transmitido ao ser humano. Como aponta o biólogo e filogeógrafo, Rob Wallace (2020), existe uma *economia política das epidemias*, isto é,

epidemias não se tratam de acasos sanitários de ordem biológica: estas são acontecimentos de natureza biológica produzidos socialmente através das escolhas político-econômicas da sociedade.

Retomando, a Economia Política em seu debate clássico, entre meados do século XVIII e início do XIX se configurava a partir de duas características, uma em relação à natureza da teoria e a outra na forma como viam as categorias centrais (propriedade, dinheiro, lucro). À Economia Política interessava compreender o produto histórico das relações sociais que emergiram frente à derrocada do Antigo Regime. Por tal razão, não interessava aos pensadores recortar uma parte do todo, mas sim, compreender a articulação do todo e é neste ponto que a Economia Política surge como uma teoria social que buscava oferecer uma explicação da vida social. Este caráter total da análise é a característica metodológica elementar da Economia Política Clássica. Com relação ao segundo ponto, o trato das categorias, é necessário dizer que os teóricos interpretaram as categorias mais elementares como naturais, ideia derivada da influência do jusnaturalismo moderno, ou seja, entendiam que uma vez descobertas as leis da sociedade, estas seriam eternas, imóveis em suas estruturas (NETTO, 2017). Quando Marx apresenta sua crítica, ele concorda com os clássicos com relação à indissociabilidade da análise, vide seu conceito de totalidade, por exemplo. A contraditoriedade se dá com

relação ao trato das categorias, ou seja, para este, nada na experiência social é natural, as estruturas são produtos históricos da relação antagônica das classes nas relações de produção. Marx sabia que a economia política clássica nunca advogou a neutralidade, por isso, argumentava que em razão da própria peculiaridade do objeto que a Economia política abordava (interesses privados, lucros, dinheiro, dominação), era capaz de despertar as paixões mais violentas e mesquinhas. (MARX, 2017). A proposta articulada do todo como objeto analítico e a tese de que o circuito de mercadorias e todo o seu fluxo de relações sociais derivadas são objeto e finalidade da Economia Política e, portanto, se orientam a partir da disputa dos interesses das classes em disputa são elementos metodológicos centrais à discussão.

A economia política está também ligada à organização do Estado, ao conflito inter-burocrático e aos instrumentos de promoção das políticas públicas, o que influencia os decretos e as normas que vão sendo instituídas. Desta forma, o desenvolvimento estatal fica comprometido conforme as decisões que acontecem nessa interação entre economia e política (SANTOS *et al*, 2022). Concretamente se pode ilustrar na seguinte situação: afetada pelas pressões de grupos sociais que configuram a economia política brasileira, como o agronegócio, o que influencia o poder de ação e suas preferências, onde operam de um lado, a configuração organizacional da sociedade,

com destaque para a organização do capital (empresarial e financeiro) e dos/das trabalhadores/as, é, em última análise, o fator econômico-político e seus esperados desdobramentos. A partir disso, pode-se dizer que a dinâmica do capitalismo se expressa, também, na produção de saúde e doença e, portanto, o setor saúde tem a responsabilidade de estar presente nos debates governamentais (VASCONCELOS, 2007).

Vejam os casos de epidemias recentes, como a SARS e a MERS, além do Ebola (que matou 11.310 pessoas na África Ocidental em 2013), da Gripe Aviária e outras variantes do vírus da *Influenza*. Todas têm em comum sua origem zoonótica, são doenças transmitidas de um animal não-humano para humanos, ou vice-versa. Há mais casos na história: No século XVIII a Inglaterra, à época o maior império ocidental, sofreu três grandes epidemias zoonóticas (1709 - 1720; 1742 -1760; 1768 - 1786), todas elas ligadas à compra de gado europeu, portanto similar às epidemias do século XX. Os primeiros surtos aconteceram nas empresas de laticínios de Londres, o que permitiu observar a relação com o modo como os animais estavam confinados. À época, tal qual se faz ainda hoje, a solução encontrada foi o sacrifício de animais em grande escala e tratamento vacinal no rebanho. A Gripe Espanhola, originada no estado do Kansas, nos Estados Unidos, ganhou o mundo através do comércio global e pela guerra entre impérios, dizimando os soldados e as populações envolvidas. Há

controvérsia sobre a origem geográfica da doença, mas as hipóteses mais aceitas apontam para a infecção de aves e porcos e uma mutação viral que possibilitou a migração para infecção humana (SEGATA *et al*, 2020).

Um fator importante que também se assemelha ao que vimos com a covid-19, é que a revisão da Gripe Espanhola aponta que mais decisivo que a suposta agressividade peculiar do vírus H1N1 foi a condição de desnutrição e vulnerabilidade de saúde, além da pobreza social na qual se encontravam as populações mais dizimadas. Isso significa que a condição essencial do alcance das epidemias e sua letalidade também não é de ordem unicamente biológica, mas sim, das condições sociais encontradas pelos patógenos, ou seja, é da ordem política da sociedade (CHUANG, 2021).

As condições que possibilitam as epidemias estão circunscritas na história da humanidade e por essa razão, precisa-se compreendê-las em suas complexidades. A economia política das epidemias começa, essencialmente, na crítica ao capitalismo e seu modelo de desenvolvimento, que naturaliza a degradação de ambientes como o único caminho para o crescimento econômico. Assim, é possível inferir que há possibilidades concretas de surgirem epidemias mais graves e letais do que a pandemia de Covid-19.

As veias do Sul continuam abertas: o caso do Rio Grande do Sul

A centralidade da pecuária industrial na produção de doenças infecciosas não é algo novo nos debates sobre o tema. A microbiologia peculiar a esta cadeia produtiva já é suficientemente estudada para informar a relação entre este nicho produtivo e as epidemias. Aquém dos paradigmas modernos sobre biossegurança, uma análise das dinâmicas epidemiológicas revela o contrário. Silva (2021) afirma que

a entropia interna ao sistema agropecuário global deve ser entendida como uma ameaça existencial para toda a humanidade. O admirável mundo novo das pandemias rebaixou os limites à existência humana: agora estamos presos debaixo do teto de zinco das granjas de abate de animais em massa, cada uma delas uma fábrica em potencial da próxima bomba microbiológica (SILVA, 2021, p. 04).

Todo monocultivo significa padrão. No contexto da produção de animais, significa milhões de animais com um padrão genético idêntico, o que configura a ausência de diversidade. A diversidade genética de animais criados ao ar livre funciona como uma barreira epidemiológica, uma vacina natural. Não é o caso das grandes concentrações de animais confinados. O paradigma da biossegurança pressiona, pela padronização genética, uma evolução viral. As vacinas padronizadas podem amplificar o risco, e já existem pesquisas que comprovam o surgimento de uma linhagem do vírus da *influenza* altamente

patogênica que evoluiu ao longo de anos debaixo das coberturas vacinais oferecidas pelo governo chinês (WALLACE, 2020).

O epicentro geográfico da pandemia de coronavírus é um território devastado pela produção de animais em escala. O padrão de crescimento chinês, que passa pela expansão da agropecuária intensiva de suínos e aves, é um fator para análise. Estes animais são alimentados basicamente à custa dos monocultivos de soja e outros grãos cultivados nas fazendas do chamado terceiro mundo, territórios que à custa da sua função na divisão internacional do trabalho, assumem o ônus ambiental da produção de commodities. A título de exemplo, a China, sozinha, comprou 72% do total de soja produzida no Brasil em 2020. Além disso, foi o país que mais expandiu a produção de suínos, fato que contribuiu para o aumento da produção brasileira de soja em função da alta cotação

no mercado de commodities. A transformação do espaço agrário é uma condição *sine qua non* à estruturação da política agrícola, da proposta de desenvolvimento social, e no que tange à condição de reprodução social das populações rurais.

O Rio Grande do Sul, segundo estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Organização das Nações Unidas para Agricultura (FAO), é o 3º maior produtor de aves no Brasil, que por sua vez ocupa o 4º lugar nas estatísticas mundiais, ficando atrás apenas da China, Estados Unidos e Indonésia. A formação de um complexo agroindustrial é apontada no Atlas Socioeconômico do Estado como uma das razões do crescimento da produção. A tabela 01 ilustra a série histórica da produção de aves no Brasil e no Rio Grande do Sul entre 2008 e 2018

Tabela 01. Produção de aves no Brasil e no Rio Grande do Sul, de 2008 a 2018.

Série Histórica da Produção de Aves no Brasil e no Rio Grande do Sul 2008-2018		
Ano	Nº de aves (cabeças)	
	Brasil	Rio Grande do Sul
2008	1.198.704.048	140.121.326
2009	1.230.086.672	141.321.846
2010	1.238.912.537	148.355.324
2011	1.268.209.405	149.334.973
2012	1.245.269.485	149.172.838
2013	1.246.637.953	149.295.641
2014	1.320.749.401	145.683.185
2015	1.326.452.695	135.750.392
2016	1.347.626.192	134.710.972
2017	1.426.659.433	156.268.216
2018	1.468.351.527	163.019.079
Varição 2018/2008	22%	16%

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2020.

Como os números da Tabela 01 demonstraram, este é um mercado em ascensão, que, segundo a Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV), tende a se expandir em função da importância econômica do setor na balança comercial do RS: em 2020 o crescimento da exportação foi de 15,8% com relação a 2019, movimentando US\$ 912 milhões de dólares. A previsão da organização é que o setor invista ainda mais na estruturação da cadeia produtiva de aves, o que significa a ampliação do espaço destinado à produção. Assim, ano após ano o território gaúcho é cada vez mais ocupado por este arranjo produtivo, mais aves são criadas, mais ambiente natural é destruído, mais pessoas são vinculadas à produção nas granjas e nos frigoríficos, e mais este setor da economia se torna hegemônico.

Contudo, é inevitável indagar sobre o que fazer diante de uma situação como a apresentada. Não existem caminhos já descritos, conjunturas estruturais não se desfazem rapidamente, mesmo com o conhecimento sobre a nocividade do modelo intensivo de produção. Esta realidade é muito mais dura nos países que, através da divisão internacional do trabalho, ocupam a função de “celeiro”, onde a economia basicamente opera em função da agroexportação.

A Teoria da Dependência, fruto do pensamento crítico latinoamericano, traz perspectivas importantes sobre o processo histórico da dinâmica do capitalismo na América Latina e ajuda a entendermos o que nos trouxe à matriz econômica vigente. Para John Weeks (2020), a Teoria da Dependência oferece uma explicação para a característica

mais marcante da sociedade global: a existência de países em níveis distintos de desenvolvimento. É de extrema importância que esta dinâmica geopolítica seja apresentada na discussão sobre a pandemia. Trata-se de uma dinâmica integrada do circuito de mercadorias, é relacional, cerne da crítica da economia política marxista.

O agronegócio e a conformação espacial da produção de doenças

A modernização da agricultura representada pela inserção do capital, pela utilização dos insumos modernos e pelas técnicas a partir da mecanização, proporcionou uma nova organização espacial, através do surgimento de alterações dos métodos de produção e de mudanças nas relações de trabalho (CASSOL, FARIAS, 2011). O modelo de agropecuária intensiva, inaugurado nos EUA em 1940 sob a égide do paradigma do melhoramento genético, que simbolizava um novo tempo na dominação do homem sobre a natureza, alicerçada na necessária garantia da biossegurança, se espalhou pelo globo e consolidou os Complexos Agroindustriais (CAI), cadeias produtivas inteiras ligadas sistemicamente em torno da produção e circulação de produtos derivados de animais. A Revolução Verde iniciada no Brasil na década de 1960 configurou estes CAIs e reconfigurou o universo rural brasileiro, importando tecnologias de maquinário e químicos, além de reestruturar a escala de produção agrícola no

país (KAGEYAMA *et al*, 1987). Para o geógrafo José Raimundo Sousa Ribeiro Júnior, esses Complexos Agroindustriais

apesar de se apresentar como inovador e promotor de segurança alimentar, esse setor reforçou o papel historicamente atribuído aos territórios periféricos na divisão internacional do trabalho, fixando-os prioritariamente como exportadores de alimentos e matéria prima com valor agregado. Nesses territórios, ele reproduz de maneira ampliada a concentração de terras e capital, por meio da contínua expropriação de camponeses e de povos e comunidades tradicionais, além da intensa exploração da força de trabalho em toda sua cadeia produtiva, reforçando uma estrutura econômica extremamente desigual. (RIBEIRO JÚNIOR, 2021, p. 07)

A dinâmica do espaço rural foi então se configurando através da produção voltada à indústria da agropecuária e o ambiente natural foi sendo adequado ao modelo produtivo de larga escala, tanto na agricultura quanto na pecuária, mimetizando o sistema de produção que as fazendas dos Estados Unidos, e mais recentemente da China, operam. As características que fazem das agroindústrias estadunidenses e chinesas produtoras potenciais de epidemias também são encontradas no Brasil, um modelo de desenvolvimento baseado na produção de animais e no monocultivo genético em larga escala (WALLACE, 2020).

De forma geral, o agronegócio é responsável por gerar ambientes apropriados para a produção em escala de novos patógenos e por

remover obstáculos imunológicos que poderiam retardar a transmissão de uma nova doença. [...] Aos poucos, mas de forma inegável, a produção capitalista de alimentos mostra sua insustentabilidade também do ponto de vista das doenças globais que são geradas em fábricas, laboratórios de melhoramento genético e campos de cultivo (WALLACE, 2020, p. 20).

No modelo de desenvolvimento agropastoril, base da economia no capitalismo periférico, existe, com a conivência dos governos e da sociedade em geral, um sistema de produção de doenças. No entanto, a naturalização do consumo de carne e do atual modo de produção não só afasta tais questionamentos e evidências, como embasa posições corriqueiras que invertem a causalidade, colocando o agronegócio como um setor a ser protegido do efeito da pandemia, por exemplo, quando, na verdade, este é um produtor exponencial de epidemias ao longo da história (SILVA, 2021).

A produção animal no Brasil, especialmente a avicultura comercial, fortaleceu-se antes da década de 1930, com o surgimento de iniciativas privadas na Região Sudeste, mas sua efetivação ocorreu na década de 1970, com a entrada de empresas especializadas no processo de produção dessas aves (LANDAU; SILVA, 2020). Estes espaços se concentram, em geral, nos locais antes ocupados com produção familiar de alimentos, mas que devido ao valor agregado da produção e a “segurança” financeira do Sistema Integrado da Produção de Aves

(SIPA), migram para produção de animais e transformam o perfil de sua propriedade, da cultura produzida.

Porém, a modernização não significa necessariamente qualificação produtiva. Os estudos indicam que é na engenharia da produção, com a escala de padronização genética de milhões de animais, que reside o perigo biológico. Segundo Wallace (2020):

as instalações de criação e engorda de pecuária industrial são ambientes que oferecem condições ideais aos patógenos, para que estes tenham caminhos evolutivos que permitam o aumento de sua virulência e patogenicidade. O enfileiramento de milhares de animais geneticamente similares nos galpões do agronegócio também funciona como uma plataforma de testes para o transbordamento de doenças zoonóticas para as populações humanas (WALLACE, 2020, p. 33).

A relação de causa e efeito entre produção de animais em escala e surgimento de novos patógenos produtores de zoonoses é inegável, não é mais possível a defesa de uma não relação direta, comprovada pela história das epidemias recentes (WALLACE, 2020). Para além disso existe o fato de que o papel das indústrias de abate foi central no que concerne à cadeia de transmissão da Covid-19 no Rio Grande do Sul, por exemplo. Os frigoríficos foram o epicentro dos casos no estado e não tiveram suas atividades restringidas, nem mesmo com a emissão dos decretos governamentais. Este ponto é necessário para exemplificar a relação do governo estadual com o capital privado, além

de contrapor a ilusão de uma dicotomia entre saúde e economia.

Quando da elaboração da estratégia do Distanciamento Controlado pelo governo do Rio Grande do Sul, à Secretaria Estadual de Saúde (SES) coube a tarefa de execução do plano de emergência. O combate à pandemia não considerou medidas de testagem em massa, tampouco colocou este ponto na metodologia da estratégia; foi apresentada uma justificativa de que algumas atividades econômicas seriam mais reduzidas do que outras, o que caracteriza uma discussão sobre a essencialidade dos serviços.

Além disso, não entraram no desenho econométrico as consequências dos contágios em massa, o fato de que ainda estamos aprendendo sobre o vírus e suas consequências a longo prazo. Há muitas questões em jogo, e uma delas é a possibilidade do esgotamento da capacidade da rede de atenção à saúde, que já tem, como produto da pandemia, o represamento de outras condições crônicas de saúde.

Recordemos que o Rio Grande do Sul desenhou uma proposta metodológica para gerir a crise. A Nota Técnica do governo estadual do RS sobre o Distanciamento Controlado, intitulada *Nota Técnica sobre o Índice Setorial para Distanciamento Controlado*, afirma que esta estratégia traz

consequências negativas, como recessão, desemprego e queda na arrecadação, e que para isso

dentro de um contexto de flexibilização controlada e planejada da quarentena, há um problema a ser resolvido: quais setores de atividade econômica devem ser flexibilizados primeiro de forma a se obter o máximo de ganho econômico com o menor risco possível? (STEIN, 2020, p. 2).

É possível perceber que em nenhum trecho deste texto consta a palavra prevenção. A Nota Técnica apresenta cálculos e premissas que tentam assegurar a manutenção da abertura de empresas ligadas a setores econômicos considerados estratégicos. Contudo, pode-se questionar a manutenção dos frigoríficos como uma atividade essencial, seja por uma questão de proteção do emprego e da manutenção do preço da carne. Primeiramente porque o faturamento das empresas do ramo da carne supera seus faturamentos a cada ano, o que permitiria a manutenção dos empregos e dos salários. As empresas, com a conivência do governo do estado do RS, optaram pela exposição das pessoas ao contágio em função da produção e exportação de cortes, ou seja, manutenção dos lucros para parte interessada, o que pode ser ilustrado pelos números demonstrados através da Tabela 02.

Tabela 02. Total de número de trabalhadores/as expostos/as, casos confirmados e óbitos em frigoríficos, nas Regiões de Saúde, RS, 2020.

Total de número de trabalhadores/as expostos/as, casos confirmados e óbitos em frigoríficos, nas Regiões de Saúde, conforme Boletins Epidemiológicos do Centro Estadual de Vigilância em Saúde do RS no período de 2020								
Semana do Boletim	Data de atualização	Regiões de Saúde	Nº de trabalhadoras/as expostos/as	Nº de casos confirmados	Nº de óbitos	Nº de óbitos secundários	Nº total de casos confirmados na semana	% frigoríficos no total de casos confirmados
17	29/04/2020	17, 18, 25 e 29	16.345	124	1	6	1268	10
21	24/05/2020	15, 17, 18, 20, 23, 25, 26, 29 e 30	26.862	842	4	11	3.081	27
26*	29/06/2020	7, 15, 17, 20, 23, 25, 26, 29 e 30	23.732	4.504	5	2	7.518	60
30	27/07/2020	7, 14, 15, 17, 20, 23, 25, 29 e 30	25.826	4.401	3	2	15.387	29
34**	24/08/2020	1, 6, 7, 14, 15, 17, 18, 20, 23, 25, 26, 29 e 30	30.588	2.346	3	0	14.632	16
38	21/09/2020	1, 6, 7, 8, 14, 15, 17, 20, 25, 26, 29 e 30	30.238	4.727	3	0	10.696	44
42	19/10/2020	1, 7, 8, 14, 15, 17, 20, 23, 26, 29 e 30	27.941	2.826	2	0	12.853	22
48	01/12/2020	1, 3, 7, 8, 14, 15, 17, 20, 23, 26, 27, 29 e 30	25.769	2.861	2	0	35.751	8
Semana 1/2021	12/01/2021	1, 7, 8, 11, 14, 15, 17, 20, 23, 25, 26, 27, 29 e 30	26.644	3.405	1	0	24.214	14

Fonte: CEVS/RS. Em: <https://coronavirus.rs.gov.br/informe-epidemiologico>

Esses dados, nos auxiliam a entender a dinâmica da economia política das epidemias, que corrobora com casos de disseminação do coronavírus em frigoríficos do Sul do país, cuja força de trabalho não foi possibilitada uma escala de trabalho, para redução da contaminação dos casos de covid-19, antes da vacinação em massa, como a possibilidade de rodízios entre equipes, para redução do distanciamento físico, entre trabalhadores/as deste setor, em especial pela umidade, ambiente resfriado, uso de transportes coletivos para deslocamento ao trabalho, propício às síndromes gripais. E que inclusive, contou com um número significativo de imigrantes, os quais possuem desvantagens cumulativas no acesso às condições de saúde, seja no acesso aos serviços de atenção à saúde e sanitárias, bem como na precarização

do trabalho e da moradia (GRANADA *et al*, 2021). Além disso, essas indústrias frigoríficas têm sido foco de infecção e disseminação da covid-19 também em outros países, como nos Estados Unidos, cujas condições no ambiente de trabalho não permitiram distanciamento entre trabalhadores/as, seja nas esteiras de produção, ou nos transportes coletivos. Tal situação nos mostra como nos frigoríficos, humanos e animais são explorados e compartilham situações de vulnerabilidade e sofrimento que demandam atenção em termos de implementação de políticas públicas de saúde e da avaliação das necessidades básicas estatais (GRANADA *et al*, 2021).

E na Saúde, onde está situado este debate? Algumas considerações...

A crise sanitária desencadeada pela pandemia deflagrou situações com as quais a sociedade ainda não está preparada. No Brasil e no RS não foi diferente: estratégias mal orientadas, inconstância nas orientações políticas, tudo contribuiu para que o país figurasse entre as nações com menor capacidade de gestão da crise. Contudo, não apenas a estratégia de combate a disseminação viral importa, dado que estas não variam substancialmente desde a idade média: seguimos com métodos de quarentena, distanciamento físico, lavagem e limpeza de ambientes, que apesar de importantes demonstram o quanto não avançamos no quesito dos métodos de controle epidêmico (GRIZOTTI, 2020), assim como os processos da indústria da carne que propiciam ameaças de doenças emergentes com alta letalidade e de difícil controle.

Cabe destacar que vivenciávamos um contexto orçamentário de congelamento de gastos a nível federal e estadual, e esse foi um ponto crucial na gestão da economia política da pandemia. O que nos trouxe questões importantes para futuros estudos: Qual o papel do setor saúde no planejamento governamental da crise? Como serão construídas as estratégias para o enfrentamento de outra epidemia desta ou maior magnitude? E se formos o epicentro da próxima pandemia?

É urgente que o Planejamento em Saúde retome sua centralidade enquanto prática de Estado, enquanto vetor estruturante

das demais políticas setoriais de um governo. A saúde cumpre o importante papel de acolher e lidar com as demandas provenientes da vida em sociedade, sendo determinada por uma série de fatores que não são exclusivamente ligados a ela, mas que a conformam, tais como os processos de trabalho, a habitação, o saneamento, a alimentação, a assistência social, dentre outros.

Por meio da intersectorialidade entre saúde, agricultura, pecuária, e meio ambiente, pode-se estabelecer um debate propositivo para o enfrentamento das dificuldades encontradas na epidemiologia característica dessa cadeia produtiva, que compete à Vigilância em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, mas também a toda a rede de saúde do estado.

É urgente uma reflexão sobre o papel do planejamento em saúde, não apenas no âmbito da capacidade de resposta às demandas, mas principalmente em relação à possibilidade de antecipar contextos sanitários desta ordem. Portanto, cabe a articulação intersectorial no estado do Rio Grande do Sul em função do aumento expressivo dos complexos agroindustriais e da dependência externa que estes geram. Nesse sentido, o Estado poderia ter gerido de forma diferente, antes do processo de vacinação em massa, diminuindo o trabalho precário e os contágios de síndromes gripais nos diferentes espaços laborais da indústria da carne, os quais, por sua vez, impediram fatores completos de biossegurança. Apesar das limitações dessa

reflexão, no âmbito da pesquisa social, considera-se necessário promover a tomada de decisão estatal com base no cenário epidemiológico, e não atendendo somente às demandas ditas exclusivamente econômicas.

Referências

ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.25, supl. 1, p. 2423-2446, jun. 2020.]

CASSOL, A; FARIAS, G. S. de. A Emergência de Dispositivos Coletivos na Agricultura Familiar de Pelotas-RS: O caso da ARPA-SUL. **Revista Todavia**. Ano 2, n.2 (2011) Porto Alegre: UFRGS, IFCH, PET - Ciências Sociais, 2011.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, 2001; 5:7-28.

COLETIVO CHUANG. **Contágio social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China**. Tradução e Apresentação de Amauri Gonzo. São Paulo: Veneta, 2020. (Coleção Baderna). E-book

DOS SANTOS, T. **Teoria da Dependência: Balanço e Perspectivas**. Obras Escolhidas. Volume 1. Editora Insular. Florianópolis, 2015.

GRANADA, D. ; GRISOTTI, M. ; DETONI, P. P. ; CAZAROTTO, R. T. ; OLIVEIRA, M. C. . Saúde e migrações: a pandemia de Covid-19 e os trabalhadores imigrantes nos frigoríficos do Sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos** (online), v. 27, p. 207-226, 2021.

GIL, A C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRISOTTI, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, 2020.

HECK, F M; NASCIMENTO JÚNIOR, L. Covid-19 na trilha do trabalho precário e vulnerável: os

frigoríficos. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 14 - Número 162. Janeiro de 2021.

KAGEYAMA, A. (coord.). **O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais**. Campinas, 1987.

LANDAU, E C; SILVA, G A da. Evolução do Efetivo e da Produção de Aves: Galináceos. Em: **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas**. V. 3. Brasília, DF: Embrapa, 2020.

LAURELL, AC. La salud-enfermedad como proceso social. **Revista Latinoamericana de Salud**, 1982; 2:7-25.

MARTINS, C E. O Brasil e a América latina na geopolítica mundial da Covid-19 e do caos sistêmico. Em: **Pandemias e pandemônio no Brasil** [livro eletrônico]. 1º edição. São Paulo. Tirant lo Blanch, 2020.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo, Martins Fontes. 1º edição brasileira: 1977.

_____. **A ideologia alemã**. 1º Edição. São Paulo. Boitempo, 2007.

_____. **O Capital: Crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. 2º Edição. São Paulo. Boitempo, 2017.

NETTO, J P. **O que é marxismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos - 148).

NETTO, J.P.; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2017 Editora Cortez; 8ª edição.

PORTO, MFS. Pode a Vigilância em Saúde ser emancipatória? Um pensamento alternativo de alternativas em tempos de crise. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(10):3149-3159, 2017.

RIBEIRO JÚNIOR, J.R.S. Geopolítica da fome. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 14 - Número 162. Janeiro de 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Modelo de Distanciamento Controlado - Metodologia**. Disponível em: <https://distanciamentoccontrolado.rs.gov.br/>

_____. Panorama da avicultura no Rio Grande do Sul. Em: **Informativo Técnico N°**

6/Ano 05. Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócio. Junho, 2014.

SANTOS, N. A. dos *et al.*. A crítica da economia política como método: alguns elementos para investigação nas ciências sociais. *Revista Katálysis*, 25(3), 600–610, 2022.

<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e85058>

SEGATA, J.; MASTRANGELO, A. As biosseguranças e suas antropologias. **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS** (UFRGS. IMPRESSO), v. 26, p. 7-25, 2020.

SEGATA, J.; SCHUCH, P. ; DAMO, A. S. ; VICTORA, C. . A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. **HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS** (UFRGS. IMPRESSO), v. 27, p. 7-25, 2021.

SILVA, A. R. de Campos. A pandemia e o agronegócio no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 14 - Número 162. Janeiro de 2021.

SODRÉ, F. . Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. **Trabalho, Educação E Saúde**, 18(3), 2020, e00302134.
<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00302>

SOUSA, A. S. OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. A pesquisa bibliográfica: Princípios e Fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/2021.

SOUZA, D. O. A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25 (Supl.1):2469-2477, 2020.

VASCONCELLOS, L C F de. **Saúde, Trabalho e desenvolvimento sustentável: apontamentos para uma política de Estado**. [Tese de Doutorado em Saúde Pública]. Fiocruz/ENSP [capítulo 1]. 2007.

VASCONCELLOS, L C F de; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de (Orgs.). **Saúde, Trabalho e Direito: uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória**. EDUCAM, 2011.

WALLACE, R. **Pandemia e Agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo. Elefante, 2020.

WEEKS, J. Teoria da Dependência. Em: **Dicionário de Economia Política Marxista**. 1º Edição. São Paulo. Expressão Popular, 2020.